

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.101 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2000

**COMPULSÓRIA DE
SERVIDOR E VAGA DE
MULHER NO STF
RETORNAM À CCJ**

PÁGINA 4



**Senadores debatem venda
de alimentos transgênicos**

PÁGINA 8

**Fundo contra
pobreza, o
destaque
da semana**

Os trabalhos da semana no Senado foram marcados pela aprovação em segundo turno da proposta que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

PÁGINA 7



Senado aprova projeto que define crimes de magistrados

Proposta de Paulo Souto acolhida pelo Plenário prevê perda do cargo pelo juiz que cometer crimes como recebimento de participação em processo, extravio de documentos ou abuso de poder

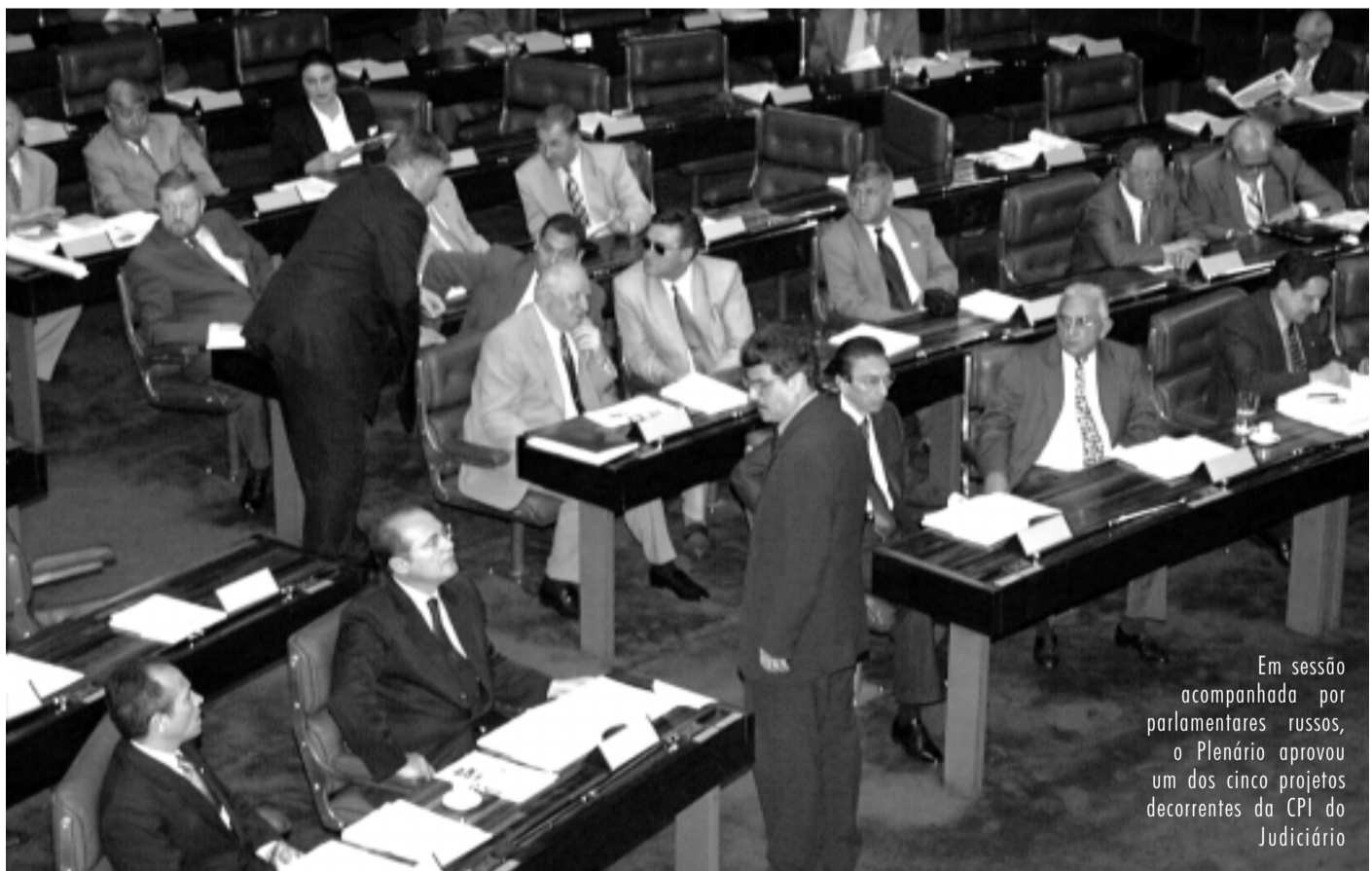
PÁGINA 3

Ademir esclareceu que não tem nenhuma ligação com o ex-superintendente do Ibama no Pará

Plenário pede retificação de noticiário que envolveu Ademir

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encaminhou à Rede Globo requerimento apresentado pelo senador Roberto Requião e aprovado pelo Plenário instando a emissora a corrigir reportagem que envolveu o nome do senador Ademir Andrade no episódio da prisão do ex-superintendente do Ibama no Pará. Ademir considerou o noticiário “irresponsável”.

PÁGINAS 5 E 6



Em sessão acompanhada por parlamentares russos, o Plenário aprovou um dos cinco projetos decorrentes da CPI do Judiciário

PROMULGADA EMENDA QUE FIXA PRAZO PARA AÇÃO TRABALHISTA RURAL

PÁGINA 5

Congresso regulamenta em junho edição de MPs

A informação foi dada ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Há acordo, segundo disse, para modificação da PEC já aprovada pelos senadores. Será produzido um texto de consenso na base governista

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que o Legislativo irá regulamentar a edição de medidas provisórias pelo Executivo até o fim de junho, antes do recesso parlamentar. Acordo entre o Senado e a Câmara deverá modificar a proposta de emenda constitucional já aprovada pelos senadores e produzir um texto de consenso, apoiado pela base de sustentação parlamentar do governo nas duas Casas legislativas.

De acordo com o senador, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), já programou para a sessão da próxima quarta-feira, dia 31, o exame do texto da PEC que resultou da fusão do que foi aprovado no Senado, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), com a proposta da Câmara, coordenada pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG). Antonio Carlos garantiu que a promulgação da emenda constitucional ocorrerá ainda em junho.

– Apesar de a oposição não aceitar determinado artigo, a base aliada fechou com a proposta e vai aprová-la – garantiu o presidente do Congresso.

Com relação à proposta de emenda constitucional que vincula a aplicação de recursos orçamentários destinados à saúde nos três níveis de administração, Antonio Carlos reafirmou a impossibilidade de votação da matéria no dia 7 de junho. Ele lembrou inclusive que há um debate agendado para o próximo dia 30, que irá reunir governadores e representantes do governo federal.

O senador disse que é possível que participem da discussão os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e José Serra, da Saúde, que têm opiniões divergentes em relação à proposta. Antonio Carlos não vê como desgaste para o Executivo a exposição pública de diferenças de opinião entre dois de seus membros.

– Acho democrático. As divergências são naturais e quem vai decidir é o Senado – frisou.

ACM saúda visita de comitiva russa ao Senado

A visita ao Senado, na quarta-feira, de delegação parlamentar da Rússia, chefiada pelo presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, Iegor Stroev, foi saudada ontem por Antonio Carlos Magalhães. Para o presidente do Senado, o encontro contribuiu para o estreitamento das relações comerciais entre os dois países.

O senador afirmou que o país tem interesse na aproximação, para aumentar as trocas nas áreas econômica, cultural e política. “O Brasil deve proceder às aberturas políticas para o continente europeu e não apenas para os Estados Unidos”, acrescentou Antonio Carlos.

A comitiva russa iniciou a visita oficial ao Brasil dia 24, e já manteve também contato com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP). Os parlamentares russos encontraram-se ainda com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o vice-presidente, Marco Maciel. Mantiveram também audiência com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva.

A visita ao Brasil será encerrada hoje, quando a comitiva estará na cidade do Rio de Janeiro.



Raimundo Carreiro e o chefe de Administração da Câmara Alta russa, Vladimir Apollonovitch

Secretário-geral explica funcionamento da Casa

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, explicou ao chefe da Administração do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, Vladimir Apollonovitch Nikitov, as atribuições e funcionamento do Senado. O encontro ocorreu na manhã de ontem e fez parte da visita oficial de três dias que a delegação russa, chefiada pelo presidente do Conselho da Federação, Iegor Stroev, faz ao Brasil.

O Conselho da Federação é a Câmara Alta da Assembléia da Rússia. Conforme esclareceu Vladimir, que tem atribuições semelhantes ao de secretário-geral, a estrutura da Casa é bem diferente da do Senado brasileiro. Os 178 parlamentares exercem cumulativamente as funções na Câmara Alta e o governo do território a que pertencem. Cada unidade administrativa da Federação elege dois parlamentares, um deles do órgão legislativo e outro do Executivo do poder estatal.

Esse, por sinal, é um dos motivos, segundo explicou o representante russo, do grande interesse que seu país tem em conhecer os detalhes do funcionamento e da estrutura do Legislativo brasilei-

ro. O presidente russo já anunciou a intenção de modificar a dupla atuação dos parlamentares e de instituir o Congresso dentro dos princípios das democracias do Ocidente.

Vladimir Apollonovitch disse que a Rússia pretende estreitar os laços econômicos, políticos e culturais com o Brasil, em função também das semelhanças que os dois países possuem, como a extensão territorial e a população elevada.

O secretário-geral da Mesa recebeu a comitiva acompanhado dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Ministra do STJ é recebida

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Fátima Nancy Andriahi.



SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova projeto definindo crimes de juizes

A proposta do senador Paulo Souto prevê sanções, que podem chegar até o afastamento do cargo e inabilitação para o serviço público durante oito anos, aplicáveis aos magistrados envolvidos em irregularidades no exercício da função

O Plenário aprovou ontem projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados e altera o Código Penal, para dispor sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos que enriquecerem ilícitamente no exercício do mandato, cargo, emprego ou função, na administração direta, indireta ou fundacional. O projeto é um dos cinco decorrentes das conclusões da CPI do Judiciário, da qual Paulo Souto foi relator, e deverá ser submetido a votação em turno suplementar.

O texto aprovado é um substitutivo do relator da proposta na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele e o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentaram requerimentos para que o projeto não fosse votado ontem. Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou que Jefferson tinha razão

em solicitar reexame da matéria pela CCJ, pois o projeto conteria "tipificações que atingem o bom senso em matéria de direito" e deveria ser aprimorado. Paulo Souto, no entanto, insistiu na votação, alegando não haver motivo que justificasse o adiamento. Os dois requerimentos foram rejeitados.

Entre os crimes de improbidade administrativa cometidos por magistrados, o substitutivo refere-se ao recebimento de custas ou participação em processos, ao extravio de documentos, ao abuso de poder e à realização de julgamento quando o magistrado for parte suspeita na causa. O texto aprovado também estabelece que qualquer cidadão poderá apresentar uma representação, ao Ministério Público ou à Corregedoria de Justiça, sobre a existência de crime cometido por magistrado. Este, por sua vez, se

considerado culpado, mesmo que apenas por haver tentado cometer o crime, perderá o cargo e será considerado inabilitado a exercer outra função pública pelo período de oito anos.

Uma inovação importante contida no projeto é a possibilidade de o Estado exercer o direito de regresso contra o magistrado, por dano causado às partes em processo judicial. Caso estivesse em vigência no momento da ocorrência do fato, este dispositivo poderia ter facilitado o ressarcimento ao menor Luiz Gustavo Nominatto. Segundo concluiu a CPI do Judiciário, a herança deixada ao menor pelo pai foi dilata-



Inovação importante no projeto aprovado pelo Plenário permite que o Estado possa cobrar do juiz por prejuízos causados às partes em processo judicial

durante a administração do espólio pela Justiça do Distrito Federal. Provado o dano, o Estado deveria ressarcir-lo e teria o direito de cobrar os responsáveis. Outra conduta prevista no pro-

projeto que tem relação direta com as conclusões da CPI é a punição dos magistrados que fixem indenizações flagrantemente desproporcionais ao preço de mercado do bem ou objeto da ação.



Paulo Souto, relator: recomendações ao Ministério Público e sugestões para melhorar o Judiciário



Ramez Tebet, presidente: sete meses de trabalho e 70 testemunhas ouvidas

CPI investigou nove casos que envolvem magistrados

Instalada em 8 de abril do ano passado, a partir de requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a CPI do Judiciário dedicou-se a investigar nove casos concretos, com denúncias de irregularidades envolvendo magistrados, funcionários da Justiça e empresários. Ao final dos mais de sete meses de trabalho, quando foram ouvidas aproximadamente 70 testemunhas, o relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentou os resultados das investigações.

As conclusões foram encaminhadas pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao procurador-geral da República, aos ministérios públicos estaduais e aos tribunais de Justi-

ça, entre outros órgãos. O texto final do relatório recomenda, além de sugestões de alteração de legislação, a instituição do controle externo do Poder Judiciário. O tema consta da proposta de reforma do Judiciário, que tramita na Câmara dos Deputados.

Nas recomendações finais que constam do relatório da CPI, Paulo Souto propôs a instituição do "controle externo do Judiciário, integrado por ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do procurador-geral da República, do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de três juristas indicados respectivamente pelo presidente da República, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados".

CCJ deverá votar mais três propostas com modificações no Poder Judiciário

Ainda tramitam no Senado três proposições decorrentes das investigações da CPI do Judiciário — duas propostas de emenda constitucional (PECs) e um projeto de lei. Uma das PECs confere ao Supremo Tribunal Federal (STF) poderes para julgar os magistrados nos crimes de responsabilidade. A outra dá às CPIs todos os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

A primeira PEC, cujo relator é o senador Edison Lobão (PFL-MA), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será objeto de audiência pública. O autor da proposta, senador Paulo Souto (PFL-BA), considera que o julgamento dos juizes deve ser feito o mais distante possível da jurisdição comum. O senador entende que, por sua composição, hierarquia e responsabilidade, o STF teria melhores condições para pro-

cessar e julgar os juizes de direito.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a CPI, apresentou voto em separado à proposta, argumentando que a alteração traria uma sobrecarga de trabalho para o Supremo. "Há um entendimento no mundo jurídico de que deve-se estreitar o campo de competência do STF", afirma o senador, que propõe a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar os juizes de direito.

Também tramita na CCJ a PEC que dá às CPIs todos os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. A proposta será relatada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A idéia é dotar as CPIs de poderes acautelatórios próprios da Justiça, o que permitiria a decretação de indisponibilidade de bens de pessoas sob investigação e o ressarcimento de possíveis prejuízos causados ao Erário.

O senador Romeu Tuma deverá relatar, também na CCJ, projeto de lei que obriga as instituições financeiras a manter cadastro de todas as pessoas físicas e jurídicas que com elas realizem operações. Além disso, estas instituições serão obrigadas a guardar os documentos referentes a essas operações pelo prazo mínimo de dez anos. Segundo o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), a implementação destas obrigatoriamente agilizará o trabalho das comissões de inquérito:

— A proposta atende ao objetivo principal do funcionamento das CPIs e a relevância da compreensão da movimentação financeira dos envolvidos nas apurações, no intuito do resguardo dos arquivos bancários necessários ao deslinde ao desvio de recursos — argumenta Souto.

Além da proposta aprovada ontem, o Senado aprovou, em 29 de março, outro projeto oriundo da CPI do Judiciário. Esta proposta altera o Código Tributário, a Lei de Condomínios e a Lei de Falências, para determinar que os créditos relativos à aquisição de unidades residenciais tenham prioridade sobre os tributários, no caso de falência de construtoras.



Reunião da CPI do Judiciário, no ano passado: vários projetos resultaram das investigações

Limite de idade para aposentadoria volta à CCJ

Proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon, que aumenta de 70 para 75 anos a idade em que servidor será afastado compulsoriamente, terá reexame da comissão porque recebeu emendas de Plenário

A proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que aumenta de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame de duas emendas de Plenário. A PEC, que já tinha recebido parecer favorável da CCJ, também amplia de 65 para 70 anos o limite de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais superiores.

— A história da humanidade está plena de exemplos, em todas as áreas do trabalho e do saber humano, de pessoas com mais de 75 anos exercendo com maestria as mais complexas atividades, na política, nas artes plásticas, na literatura — ressalta o relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Essa é a mesma opinião da líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), que admitiu existirem várias argumentações favoráveis e contrá-

rias à proposta. “Por isso o Bloco estará liberado para votar, mas eu já decidi que irei apoiar a PEC por entender que diversas pessoas acima dos 70 anos exercem com vigor e juventude as funções que ocupam.”

Também o senador Roberto Requião (PMDB-PR) chamou a atenção para o fato de vários países desenvolvidos aproveitarem seus trabalhadores com mais de 70 anos para os cargos que requeiram mais experiência. Na França, citou Requião, várias pessoas dessa idade trabalham em postos de saúde para transmitir sua experiência aos mais jovens.

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) citou o crescimento da expectativa de vida da população brasileira, o que, segundo ele, reforça a utilidade da PEC. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou-se favoravelmente à idéia, lembrando que também apresentou proposta similar.

DIFERENÇA

Outra matéria que retorna à Comissão de Justiça, para exa-

me de emenda de Plenário, é a PEC de iniciativa do senador Ramez Tebet que cria novos parâmetros etários para aposentadoria dos servidores públicos. Essa proposta é semelhante à de Pedro Simon (PMDB-RS), pois também amplia para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. A proposta de Tebet cria a possibilidade de o servidor aposentar-se voluntariamente aos 70 anos de idade, se homem, e aos 65 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.



Osmar Dias entende que programa permitirá a melhoria do atendimento nos hospitais

Empréstimo permitirá a profissionalização de enfermeiros

O Plenário aprovou ontem redação final de autorização para que a União contrate empréstimo de até US\$ 185 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae). A matéria será promulgada.

Relator da iniciativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que esse dinheiro possibilitará a melhoria do atendimento ambulatorial e hospitalar no Brasil.

RÁDIO

O Senado também promulgará projeto de decreto legislativo aprovando permissão para que a Rádio Educativa Oswaldo Cruz, da cidade de Sertãozinho (SP), execute serviços de radiodifusão sonora.



Simon é autor da PEC que também amplia limite de idade para nomeação de magistrados

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1995. Senador Pedro Simon e outros. Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Resultado: Encerrado o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à CCJ, para exame das emendas nºs 1 e 2-Plen.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999. Senador Ademir Andrade e outros. Altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal).

Resultado: Encerrado o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à CCJ, para exame da Emenda nº 2-Plen.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1999. Senador Ramez Tebet e outros. Dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários).

Resultado: Encerrado o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à CCJ, para exame da Emenda nº 3-Plen.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 30/05, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

5

Projeto de Lei do Senado nº 687, de 1999. Senador Paulo Souto. Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.

Resultado: Lido e rejeitado requerimento solicitando o reexame da matéria pela CCJ. Em virtude do rejeição do requerimento anterior, fica prejudicado requerimento solicitando o sobrestamento da matéria. Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1-Plen. A matéria vai à Cdtr, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 1999. Outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz FM de Sertãozinho (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Resolução nº 29, de 2000. CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, no valor equivalente a até US\$ 185 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).

Resultado: Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a redação final é dada como definitivamente adotada, nos termos do art. 324 do Regimento Interno. A matéria vai à promulgação.

8

Requerimento nº 255, de 2000. Senador Roberto Saturnino. Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 450/99, passa a tramitar em conjunto com o PLC nº 10/2000, perdendo o caráter terminativo e retornam à CCJ.

9

Requerimento nº 256, de 2000. Senador Romeu Tuma. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 92 e 101, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS 92 e 101, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam à CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Reserva de vagas para mulheres no STF também recebe emenda em Plenário

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) irão analisar emenda apresentada em Plenário à proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que estabelece a alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e feminino para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A emenda de Plenário modifica o objetivo da proposta, pois não define a reserva de vagas para as mulheres, mas sim a exigência de idade mínima de 45 anos para o exercício do cargo de ministro do Supremo. A Constituição esta-

belece que a idade mínima é de 35 anos.

O relator da proposta, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lembrou em seu relatório que, apesar de não existir nenhum impedimento explícito a que as mulheres alcancem o mais elevado posto da magistratura nacional, o país não teve ou tem nenhuma mulher naquela corte.

— Sem um mecanismo de incentivo, como a reserva de vagas, as mulheres poderão chegar àquele posto apenas como decorrência de sua capacidade pessoal, e mesmo assim disputando com os homens, em condições desiguais — argumenta o senador.



Lúcio Alcântara, relator da proposta: mulheres ainda não chegaram à Alta Corte

Ação trabalhista rural agora tem prazo de 5 anos

Congresso Nacional promulga emenda constitucional de Osmar Dias assegurando ao empregado do campo direito igual ao da cidade

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, promulgou ontem ao meio-dia a Emenda Constitucional nº 28, fixando, para ações trabalhistas na área rural, o mesmo prazo de prescrição – cinco anos – estabelecido para trabalhadores urbanos. A emenda mantém o prazo de dois anos, previsto na

Constituição, para que o ex-empregado rural ou urbano possa recorrer à Justiça, depois de deixar o emprego.

Antes da emenda, a Constituição não previa prazo para prescrição de direitos trabalhistas no campo e um trabalhador rural poderia reivindicar na Justiça, a qualquer tempo, di-

reitos trabalhistas por todo o período em que trabalhou numa fazenda.

O autor da proposta, senador Osmar Dias (PSDB-PR), ponderou durante a discussão da matéria que, ao contrário do que se possa pensar, na verdade a mudança irá ajudar os trabalhadores rurais. Ele argumentou que, com a inexistência de limite prescricional, os patrões vinham evitando manter um mesmo empregado por muito tempo, com receio de uma ação trabalhista:

– Há insegurança entre os empregadores, porque existem casos em que o ex-empregado reivindica na Justiça direitos que somam, em dinheiro, muito mais que o valor da fazenda do ex-patrão – sustentou Osmar Dias.

O senador observou que a inexistência de prazo de prescrição obriga os patrões a guardarem, “por 20 ou 30 anos”, recibos e documentos assinados por ex-empregados. Segundo Osmar Dias, esse fato explica a tendência no meio rural de promover alta rotatividade entre os trabalhadores. Ele denunciou, ainda, “haver um bom número de advogados que vivem de mover ações trabalhistas rurais, costumando ficar com até 80% dos valores das indenizações, repassando magros 20% aos trabalhadores”.



Osmar disse que emenda ajudará trabalhador, reduzindo a alta rotatividade de mão-de-obra no campo

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28

Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XXIX do art. 7º da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;” (NR)

“a) (Revogada).”

“b) (Revogada).”

Art. 2º Revoga-se o art. 233 da Constituição federal.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 25 de maio de 2000

Plenário solicita que TV Globo corrija acusação injusta contra Ademir

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encaminhou ontem à Rede Globo requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado pouco antes pelo Plenário do Senado, solicitando à emissora a correção de reportagem que vinculou o nome do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao ex-superintendente do Ibama no Pará, Paulo Castelo Branco, preso pela Polícia Federal sob acusação de receber propina de uma madeireira.

O requerimento, assinado também pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Jader Barbalho (PMDB-PA), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), foi encaminhado ao presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho. O texto comunica à empresa que os senadores esperam que Ademir Andrade, “injustamente acusado em espaço de jornalismo da rede e emissoras vinculadas, seja ouvido para esclarecer sobre as informações indevidas veiculadas sobre ele e seus assessores no caso do suborno que envolve dirigentes do Ibama no Pará”.

Requião criticou o tratamento dado pela Rede Globo ao episódio:

– Os jornalistas sabem que um político da oposição não tem como influir no governo ou conseguir nomeações. O problema é que a maioria das pessoas não sabe. É ridícula a menção do nome do senador Ademir Andrade ligado a um

representante do Ibama nomeado pelo governador Almir Gabriel – disse Requião.

Ademir recebeu a solidariedade de outros senadores, inclusive do 1º vice-presidente, Geraldo Melo (PSDB-RN). “Desinformar e deformar são graves falhas no cumprimento do dever de informar”, afirmou. Roberto Saturnino criticou a falta de responsabilidade dos órgãos de imprensa que publicam informações incorretas, tornando difícil reparar a imagem dos acusados. De acordo com Saturnino, os políticos estão sendo atacados só por serem políticos.

Para Heloísa Helena (PT-AL), a dor de ser atingido injustamente é maior porque a dignidade ferida também afeta a família dos que são vítimas de uma informação falsa ou imprecisa. Marina Silva (PT-AC) observou que o episódio da prisão de Castelo Branco em companhia de assessores de Ademir poderia ter acontecido a qualquer político, já que os dois apenas prestavam um favor ao representante do Ibama.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser testemunha da seriedade e da honestidade de Ademir Andrade. Na opinião de Suplicy, a Globo deve corrigir o erro de informação. Para Roberto Freire (PPS-PE), qualquer político tem sido um alvo fácil para acusações, na suposição de que todos os políticos cometem irregularidades.

Leia matéria sobre o discurso do senador Ademir Andrade referente a esse assunto na página 6

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Subsecretaria de Projetos Especiais - C&M
TV SENADO

Ademir protesta contra noticiário "irresponsável"

Senador considera que a Rede Globo o envolveu no episódio da prisão do ex-representante do Ibama no Pará ao afirmar, sem maiores explicações, que dois assessores de seu gabinete também haviam sido detidos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra a divulgação, pela Rede Globo de Televisão, de notícia envolvendo o seu nome no episódio da prisão em flagrante do ex-superintendente do Ibama no Pará, Paulo Castelo Branco, na última quarta-feira. Na edição do *Jornal Nacional* daquele dia e no noticiário matinal da GloboNews (transmitido por cabo) de ontem, Ademir Andrade foi citado em razão da prisão de dois de seus assessores pela Polícia Federal, no aeroporto de Brasília, logo após a prisão de Castelo Branco.

Ademir esclareceu que os assessores Alfredo Júnior e Nalber Crussius foram imediatamente liberados, assim que constatada sua inocência.

Castelo Branco foi detido no momento em que supostamente recebia suborno de R\$ 500 mil do representante de uma madeireira. Segundo o senador, ao informar, pura e simplesmente, que "dois assessores de Ademir Andrade" haviam sido presos junto com Castelo Branco, a reportagem da Globo vinculou seu nome ao pagamento da propina.



Para Ademir, noticiário causou a falsa impressão de que ele teria algum envolvimento no caso

Para comprovar que foi essa a impressão causada aos telespectadores da emissora, Ademir contou que seu telefone não parou de tocar até as 3h da madrugada de ontem. Eram eleitores, correligionários e aliados políticos procurando esclarecer a participação do senador no caso.

Ademir explicou que Alfredo Júnior e Nalber Crussius foram presos ao fazer uma gentileza a Castelo Branco. Alfredo é amigo de infância e compadre do superintendente do Ibama, e foi procurado por Castelo Branco, que

lhe pediu uma carona até o aeroporto. Como não podia sair do gabinete naquele momento, Alfredo entregou seu carro a Crussius, que levou Castelo Branco ao aeroporto, onde, a pedido deste último, aguardou por alguns momentos, quando foi preso pelos agentes da PF. Os policiais teriam obrigado Crussius a ligar para Alfredo e, mentindo, dizer que havia batido o carro, relatou Ademir ao Plenário. Quando Alfredo chegou ao aeroporto, também foi preso. Alfredo e Nalber – que estavam no Plenário no momento do discurso de Ademir –

ficaram detidos por uma hora e meia na quarta-feira, até que se verificou serem inocentes.

– Repudio essa atitude irresponsável e cafajeste da Rede Globo. Não é fácil trabalhar durante quase trinta anos em prol da melhoria do país e ver o meu nome manchado. Às vezes, um minuto de televisão joga fora uma vida de sacrifícios. Não tenho nenhuma ligação com Castelo Branco e, durante o longo convívio com meus assessores, nunca soube de nada que desabonasse a conduta deles – disse Ademir.

Ex-superintendente foi indicado pelo governador do Pará, afirma senador

O senador Ademir Andrade acusou ontem o ex-superintendente do Ibama no Pará, Paulo Castelo Branco, de vender-se ao governador do estado, Almir Gabriel (PSDB), em troca de apoio na eleição para o governo, em 1998. Na ocasião, Castelo Branco era o presidente do PV e teria negado seu apoio à frente de oposição, pela qual se candidatava Ademir, argumentando que precisava de dinheiro para o seu partido. Ademir afirmou que foi Almir Gabriel quem indicou o ex-superintendente do Ibama, preso na quarta-feira, em Brasília, acusado de receber propina de uma madeireira (*ver matéria nesta página*).

– Em 1998, ele (Paulo Castelo Branco) me mostrou seis contra-cheques, inclusive o dele e o de sua mulher. Disse-me que usava o dinheiro para sustentar o PV no Pará – afirmou Ademir Andrade. O senador apresentou ao Plenário cópia de uma lista (com mais

de 200 nomes) das assessorias especiais criadas por Almir Gabriel com o objetivo, segundo Ademir, de abrigar no governo pessoas que o apoiaram durante a eleição.

Ademir Andrade explicou que o relato do procedimento de Castelo Branco tinha como propósito demonstrar que não existe qualquer tipo de ligação sua com o ex-superintendente, como teria dado a entender reportagem veiculada em noticiários da Rede Globo de Televisão.

A nomeação de Castelo Branco para o Ibama, continuou Ademir, foi possibilitada pelo apoio de Almir Gabriel. Além disso, o senador disse que criticou a nomeação desde o seu nascedouro, sugerindo a escolha de um técnico.

– Lamento que eu esteja aqui explicando esses fatos, que deveriam ser explicados pelo governador Almir Gabriel. Foi ele quem indicou um corrupto e incompetente para o Ibama no estado do Pará – frisou Ademir.

Lobão lê nota e elogia ministro Sarney Filho

Em nome da liderança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) leu ontem nota à imprensa distribuída pelo Ministério do Meio Ambiente, dando conta de providências que o ministro José Sarney Filho já havia adotado antes da prisão em flagrante, no Aeroporto Internacional de Brasília, do ex-superintendente do Ibama no estado do Pará, Paulo Castelo Branco.

A nota, lida pelo senador, esclarece que a representação do Ibama no Pará está sob intervenção, e que Paulo Castelo Branco se encontra afastado do cargo. Há cerca de dois meses, diz ainda a nota, o Ministério do Meio Ambiente já havia solicitado às autoridades da área de informação uma completa averiguação das denúncias envolvendo o nome de Castelo Branco, a qual resultou na abertura de duas auditorias e três processos administrativos contra

o ex-representante do Ibama no Pará.

– O ministro cumpriu com rigor o seu dever – disse Edison Lobão.

A nota do ministro informa que Paulo Castelo Branco foi indicado para exercer o cargo por várias instituições não-governamentais, por ser presidente do Partido Verde no Pará e vinculado à causa ambientalista. O ministro “vai prosseguir na tarefa de mandar para a cadeia os desonestos e apurar todos os desdobramentos deste caso”, acrescenta o texto.

“Este farsante enganou os seus superiores e os meios de comunicação, aos quais se apresentou como funcionário zeloso, mas, graças à eficiência da Polícia Federal, do Ministério Público e do Ministério do Meio Ambiente, foi desmascarado. Nossa ação não cessará enquanto não extinguir-



Edison Lobão: “O ministro José Sarney Filho cumpriu com rigor o seu dever”

mos todos os focos de corrupção, mesmo pagando o alto preço desta cruzada idealista”, conclui a nota.

Edison Lobão informou ainda que Paulo Castelo Branco permaneceu durante três dias em Brasília e, apesar da insistência, não foi recebido pelo ministro José Sarney Filho. A Mesa, por meio do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), solidarizou-se com o líder do PFL e disse que José Sarney Filho “é um homem público honrado” e que vem fazendo de tudo para enaltecer o ministério que dirige.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Fundo contra a pobreza foi destaque na semana

Quatro propostas de emenda constitucional estiveram em discussão no Plenário. A que trata do combate à miséria foi aprovada em segundo turno, as demais voltaram ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A aprovação em segundo turno da proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza marcou os trabalhos desta semana no Senado. O fundo, que proporcionará ao governo cerca de R\$ 4 bilhões anuais para aplicar em programas sociais, ainda será apreciado pela Câmara.

O objetivo da PEC, apresentada originalmente pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), é viabilizar aos brasileiros de baixa renda acesso a níveis dignos de subsistência. Os recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

Voltaram ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) propostas de emendas constitucionais dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ademir Andrade (PSB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS). A de Simon visa a elevar de 65 para 70 anos o limite de idade para nomeação de magistrados. A de Ademir Andrade subme-



Jefferson é autor do substitutivo ao projeto que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, aprovado pelo Plenário

te à alternância entre homem e mulher as nomeações para o Supremo Tribunal Federal. E a de Ramez Tebet eleva para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores.

Os senadores adiaram a votação do projeto com que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) quer dar maior segurança ao sistema eletrônico de votação. Como alguns ministros do Tribunal Superior Eleitoral comparecerão ao Senado para discutir o assunto, a deliberação sobre a matéria ficou para depois. O texto determina

que a urna eletrônica imprimirá, em cédula individualizada e não identificável, os votos dos eleitores, para que sejam também depositados em urna.

Também nesta semana, o Senado aprovou Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre o governo brasileiro e a Federação Russa. O texto prevê medidas recíprocas de prevenção de doenças infecciosas, assim como normas sanitário-veterinárias de exportação, importação e trânsito de animais.

O Plenário aprovou substitutivo de Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, dispondo sobre as sanções aplicáveis a quem enriquecer ilícitamente no exercício de cargo público. O projeto define entre esses crimes a condenação da Fazenda Pública em pagamento de indenização flagrantemente desproporcional ao preço do bem objeto da ação.

E os senadores voltaram a discutir, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação.



A professora de economia da Universidade de Bagdá Amal Raouf em conversa com a senadora Emilia Fernandes

Senadores debatem com iraquianos conseqüências do bloqueio econômico

O embaixador do Iraque, Farouk Al-Fityan, e a professora de economia da Universidade de Bagdá, Amal Raouf, foram recebidos ontem pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e pelo presidente interino da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Eles conversaram com os senadores sobre a resistência iraquiana ao bloqueio econômico norte-americano e as relações entre Brasil e Iraque.

Emilia Fernandes disse que as nações em desenvolvimento, como o Brasil e o Iraque, não podem ficar na dependência dos Estados Unidos, que "sufocam as relações e a integração entre esses países". Para ela, os americanos aplicam uma política injusta, autoritária, de imposição e não de diálogo.

— Entendemos bem a situação do Iraque. Desde a Guerra do Golfo sofremos as conseqüências, pois tínhamos relações com o povo iraquiano em busca de desenvolvimento — observou o senador Gilberto Mestrinho. Segundo o senador, a região amazônica foi desbravada por descendentes árabes e o esforço brasileiro pelo desenvolvimento é semelhante ao esforço iraquiano.

A professora, que é PhD em

Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Salford, na Inglaterra, e chefe do Departamento de Estudos Econômicos da Casa dos Sábios (Baet Al-Hekma), disse que os dois países sofrem os efeitos da globalização. Para ela, o embargo, do ponto de vista econômico, é um dos instrumentos utilizados por esse processo para se impor ao mundo. Os países em desenvolvimento só obedecem ao mecanismo do mercado capitalista se forem obrigados, observou.

Para Mestrinho, há uma hegemonia dos países do G-7 (grupo dos sete mais ricos e desenvolvidos do mundo), que se beneficiam do progresso e se servem dos demais países. Segundo ele, essa dominação se acentua cada vez mais e o grande denominador será a posição futura da China e da Índia com relação ao sistema capitalista.

Segundo o embaixador do Iraque, Farouk Al-Fityan, a política iraquiana para enfrentar a hegemonia dos países ricos deve ser feita por meio da solidariedade entre blocos regionais. O senador Mestrinho concordou com o embaixador.

A professora Amal Raouf participará, na próxima semana, do Fórum de Ciências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destinado à discussão sobre a hegemonia do G-7.

Saúde, economia e emprego na pauta das comissões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou nesta semana relatório do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a projeto de Emilia Fernandes (PDT-RS) determinando que os hospitais sejam obrigados a manter em prontuários todo o registro das atividades desenvolvidas com o paciente, pelo prazo mínimo de 18 anos. A mesma comissão aprovou projeto disciplinando o uso de informações armazenadas em bancos de dados referentes a pessoas físicas e jurídicas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou o projeto por meio do qual o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pretendia impedir a venda de ações da Petrobras que excedessem ao mínimo necessário para que o governo mantivesse o controle da empresa. O autor da proposta anunciou que apresentará recurso para que o projeto seja decidido em Plenário.



Álvaro Dias pede que o Plenário aprecie a proibição da venda de ações da Petrobras

rio. A Comissão de Educação aprovou projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) instituindo 12 de novembro como o Dia Nacional do Inventor.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a dois projetos que modificam a legislação trabalhista. O primeiro determina que os processos sobre demissão por justa causa devem ter prioridade na Justiça

do Trabalho. O outro fixa medidas para estimular a contratação de jovens que nunca trabalharam e de profissionais com mais de 40 anos.

E a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou a indicação de Luiz Antonio Jardim Gagliardi e de Brian Michael Fraser Neele para os cargos de embaixadores do Brasil na Noruega e na Turquia, respectivamente.

Juvêncio defende liberação da venda de produtos transgênicos

Senador cobra agilidade do Poder Judiciário na decisão sobre o cultivo de soja geneticamente modificada. “O agricultor brasileiro está perdendo espaço para os de outros países”, afirma

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) defendeu ontem, em Plenário, o incentivo à pesquisa científica e à retomada da comercialização nacional de alimentos geneticamente modificados. Uma vez que o cultivo comercial de soja transgênica está suspenso por medida judicial, Juvêncio cobrou do Poder Judiciário “uma tomada de decisão ágil” sobre o assunto, para que o país não fique fora do mercado mundial dos transgênicos e os produtores rurais brasileiros não continuem amargando prejuízos.

Na opinião do senador, a biotecnologia agrícola deverá garantir maior produtividade, menos danos ao meio ambiente e maior valor nutritivo aos alimentos. Atualmente, diz Juvêncio da Fonseca, as técnicas de alteração genética aplicadas às plantas estão propiciando uma maior tolerância a herbicidas e pragas, vislumbrando, no futuro, que os produtos transgênicos chegarão ao ponto de imunizar o organismo contra doenças.

“Mais de 2,5 bilhões de pessoas consomem a soja geneticamente modificada, hoje em dia, e nunca houve qualquer problema de segurança ambiental ou alimentar com esse consumo”, observou. Baseado em estudos de entidades científicas e governamentais norte-americanas, e até em testemunhos de instituições religiosas, Juvêncio da Fonseca sustenta que os transgênicos não diferem significativamente dos alimentos convencionais e, portanto, não causam males à saúde.

Ainda de acordo com o parlamentar, a demora da Justiça Federal em se pronunciar em definitivo sobre a questão está privando os produtores nacionais de participar de um mercado que já abarca 12 países. “O agricultor brasileiro acaba perdendo espaço para os de países que já adotaram as plantas geneticamente modificadas e, por isso, produzem mais em menos área, com mais economia de insumos agrícolas, o que torna seus preços mais competitivos”, frisou.



Juvêncio: biotecnologia agrícola causará menos danos ambientais

ENTENDA A POLÊMICA

O que é um transgênico?

Organismo transgênico é a planta ou animal que foi geneticamente modificado para receber um gene de uma outra espécie. O novo gene é herdado pela prole do mesmo modo como os genes da própria espécie

Qual é o temor?

Os adversários dos transgênicos temem que eles possam potencializar os efeitos de substâncias tóxicas, aumentar as alergias alimentares e a resistência bacteriana

Para que serve?

Transgênicos podem ser usados para produzir animais ou plantas com determinadas características genéticas, como por exemplo sementes mais resistentes a certas pragas, mais adaptadas a alguns climas ou mais produtivas

Quem não aprova?

90%	dos norte-americanos	65%	dos italianos e holandeses
78%	dos suecos	63%	dos dinamarqueses
77%	dos franceses	58%	dos ingleses

Fontes: Enciclopédia Encarta e Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)

Quintanilha e Fogaça são favoráveis ao uso imediato, Marina prefere cautela

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO) e José Fogaça (PMDB-RS) defenderam a utilização dos chamados alimentos transgênicos, em apertes ao pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, que discursou sobre o tema. “Entendo que os transgênicos vieram para ficar e vão dar solução a um sério problema mundial, que é a fome”, considerou Quintanilha.

Para o senador pepebista, ainda não existem elementos científicos que comprovem que os produtos agrícolas modificados geneticamente causam danos à saúde ou ao meio ambiente. Quintanilha acredita que o assunto já assumiu dimensão suficiente para passar do plano científico ao comercial, acusando organizações não-governamentais e empresas aliadas do setor de tentarem protelar a

incorporação desses produtos no mercado interno.

O senador José Fogaça chegou a comparar o discurso de Juvêncio a um documento contra o “obscurantismo anticientífico”. Ao assumir a defesa da biotecnologia agrícola, Fogaça concordou com o senador pefelista: o país precisa assumir o avanço científico na área, implantar uma experiência real e transformá-la em realidade



Quintanilha afirma que os transgênicos “vieram para ficar”



Marina quer moratória de cinco anos para a entrada no mercado

produtiva. “Infelizmente, essa discussão ainda é incipiente”, lamentou.

Já a senadora Marina Silva (PT-AC) elogiou a oportunidade de discussão do tema, mas externou uma posição de cautela em relação ao comércio de alimentos transgênicos. “Não vou satanizar, mas também não posso sacralizar os transgênicos como se fossem a redenção da fome no mundo, pois eles podem trazer complicações irreversíveis no futuro”, ponderou.

A matéria já é objeto de projeto da senadora, que prevê moratória de cinco anos para a entrada de transgênicos no mercado, sem prejuízo, entretanto, da continuidade da pesquisa no país. Diante da incerteza de seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente, Marina diz preferir usar a precaução prescrita pela Constituição.



Jonas Pinheiro saudou a decisão da Organização Internacional de Epizootias

Jonas espera nova fase para a pecuária sem a febre aftosa

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) comunicou ontem que a Organização Internacional de Epizootias (OIE) – entidade da Organização das Nações Unidas responsável pela defesa da saúde animal – reconheceu seis estados brasileiros como zonas livres de febre aftosa, embora ainda com exigência de vacina. De acordo com o parlamentar pelo Mato Grosso, com essa decisão “a pecuária brasileira entra em nova fase”.

Jonas Pinheiro explicou que os estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Paraná e parte de Minas Gerais e do Distrito Federal compõem o chamado Circuito Pecuário Centro-Oeste e reúnem um rebanho bovino de 83 milhões de animais. Acrescentou que, juntamente com os 16 milhões de cabeças do rebanho gaúcho e catarinense (que já obtiveram o certificado da OIE, sem vacinação), cerca de 62% do rebanho brasileiro de 160 milhões de cabeças já são reconhecidos como livres da aftosa.

– Sem dúvida – frisou o parlamentar –, essa decisão vem em momento muito oportuno e deve ser comemorada por todos, pois permitirá que o Brasil possa, a partir de agora, conquistar com mais facilidade novos clientes importantes de carne bovina e ter acesso mais facilitado para a carne nacional a mercados internacionais exigentes, como Estados Unidos, Canadá e Japão.

O senador lembrou, ainda, que o Brasil, em 1999, exportou US\$ 805 milhões de carne *in natura* e industrializada. Para este ano, acentuou, e com a facilidade advinda da decisão da OIE, o Brasil poderá exportar US\$ 1 bilhão, e até 2005, quando todo o país estiver livre da febre aftosa, a cifra poderá ser dobrada.

Amorim não quer reedição de MP que muda Código Florestal

Senador argumenta que dúvidas a respeito de proposta de reforma apresentada pelo Conama recomendam alteração pela via ordinária

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apelou ontem ao presidente da República para que a medida provisória que modifica o Código Florestal não seja reeditada neste final de semana, como foi anunciado. A seu ver, se pairam dúvidas sobre a proposta de reforma apresentada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e se não há urgência, não é recomendável que a mudança do código seja feita por meio de medida provisória, mas, sim, por rito ordinário de tramitação no Legislativo.

Segundo disse, esta também é a posição de procuradores do estado de São Paulo e de professores de Direito Ambiental, que apoi-



Amorim acusa países do G-7 de manterem ritmo acelerado de desenvolvimento à custa da imobilização de mais de 50% do Brasil

aram indicação do deputado pequista Nelson Pelegrino (BA) pela retirada da medida provisória.

Na opinião do senador, a proposta do Conama, encaminhada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, atende aos interesses do G-7, pois "permite que países e empresas, sem autorização do Congresso Nacional, cheguem a possuir títulos correspondentes a direitos sobre a vegetação em áreas de servidão florestal, patrimônio natural particular e reserva florestal voluntária".

Além disso, acrescentou o senador, os países do G-7 mantêm seu ritmo acelerado de desenvolvimento, emitindo cada vez mais carbono, "ao custo da imobilização de mais de 50% do território nacional".

Hartung defende tramitação rápida da nova Lei das Sociedades Anônimas

Uma rápida tramitação do projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas foi defendida pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). A matéria já passou pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, onde um substitutivo do deputado Emerson Kapaz (PPS-SP) foi aprovado. Atualmente está em fase de discussão na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, tendo como relator o deputado Antônio Kandir (PSDB-SP). Hartung espera que o projeto venha logo para o Senado, possibilitando a aprovação ainda neste ano.

— Um dos grandes desafios da lei é criar condições para o desenvolvimento de uma política de crédito arrojada no nosso país. Isso significa que, a partir da sua aprovação pelo Congresso Nacional, terá início um processo de modernização do parque industrial brasileiro, que, por falta de mais agressividade do governo federal e de melhor aparelhamento da legislação voltada para o setor, perde espaço para a concorrência internacional — analisou Paulo Hartung.

Na avaliação do senador pelo Espírito Santo, com o processo de globalização da economia e a presença crescente do capital inter-



Abertura do capital garantirá a expansão dos negócios, com a captação de recursos no mercado, afirma Paulo Hartung

nacional no Brasil, se torna inevitável que alguns grupos familiares revejam a política de controle fechado das empresas. Ele opinou que a abertura do capital garantiria a expansão dos negócios, com a captação no mercado de capitais e não mais através de subsídios do governo.

Com a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas pelo Congresso, Paulo Hartung acredita que o mercado de capitais interno terá mais estabilidade e transparência, possibilitando que

as empresas brasileiras possam abrir o seu capital respaldadas em uma legislação moderna. Ele acrescentou que a legislação deverá continuar garantindo o direito dos grupos controladores, mas estenderá estas garantias também para os acionistas minoritários.

Paulo Hartung lembrou que, quando o governo intensificou o Programa de Desestatização, retirou da lei as garantias dos minoritários, "valorizando os seus ativos, mas prejudicando o mercado como um todo". Ele opinou que, com a correção deste "equivoco", o

mercado poderá começar a financiar o crescimento das empresas.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que a atual Lei das Sociedades Anônimas coloca o Brasil quase que numa condição pré-capitalista. Ele criticou o fato de o comprador de ações ordinárias minoritário não ter poder para influenciar nos destinos da empresa para a qual contribui com seu capital. Fogaça elogiou a proposta em exame na Câmara dos Deputados e também pediu uma tramitação rápida da matéria.

Heloísa Helena apela em favor de mutuários da CEF

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou, ontem, à Caixa Econômica Federal (CEF) para que renegocie a dívida dos mutuários de quatro conjuntos habitacionais localizados em Maceió (AL), onde há grande tensão. De acordo com a senadora, os moradores dos conjuntos de Osman Loureiro, Graciliano Ramos, Jardim do Farol, Tabuleiro do Martins e Artemísia, todos com um alto grau de inadimplência, estão sendo tratados como caso de polícia. Ela teme que se repitam cenas de confronto e violência, como as que ocorreram recentemente em um despejo em São Paulo.

— A situação é dramática e revela mais uma vez a insensibilidade social do governo — afirmou Heloísa Helena, lembrando ainda a Emenda Constitucional nº 26, aprovada pelo Congresso Nacional, que inclui a moradia entre os direitos sociais.

Para a líder oposicionista, o governo e a CEF têm tratado o financiamento de imóveis como se fosse um mero negócio, que deve dar retorno a quem emprestou dinheiro.

— A CEF e o governo FHC tratam financiamento habitacional como se não fosse programa social, e sim investimento. Daí a iniciativa de se utilizar a inconstitucional TR para reajustar prestações e saldos de-



Para Heloísa Helena, situação dos mutuários revela a insensibilidade social do governo federal

vedores. Não é de estranhar a dificuldade dos moradores para pagar e manter seus imóveis. Prestações mensais de uma casa no Conjunto Osman Loureiro, com apenas 51m², podem chegar ao absurdo de R\$ 1.500 — disse a senadora.

Heloísa Helena lamentou o comunicado emitido por Emílio Carazzai, presidente da CEF, que disponibilizou pela Internet 66.723 imóveis de mutuários inadimplentes. Ela apontou ainda para uma ação de policiais federais armados, funcionários da Caixa Econômica e corretores de imóveis, que no dia 13 de maio invadiram uma residência em que só havia crianças dormindo, e mesmo assim cumpriram o despejo.

Maldaner critica decisão de manter juros altos

A decisão do Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) de manter a taxa básica de juros em 18,5% ao ano foi criticada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). A medida, na avaliação do senador, submete a sociedade brasileira a um arrocho:

— Não bastasse o total abandono das metas sociais pelo governo federal, a sociedade sofre este arrocho com o encarecimento do crédito ao consumidor. São cinco anos de política equivocada adotada pelo Banco Central, ausência de reajuste de salários, com aumento da carga tributária e de tarifas públicas.

Maldaner sustenta que o governo deveria adotar políticas alternativas com juros subsidiados e



Maldaner: governo deveria abrir linhas de crédito para estimular a produção

abertura de linhas de crédito para a população. "O cidadão brasileiro economicamente ativo é importante para a cadeia de produção nacional, merecendo não só crédito, como também tratamento digno das instituições financeiras."

No mesmo pronunciamento, o senador voltou a questionar o processo de privatização dos bancos estaduais. Ele alega que o Banco do Estado de Santa Catarina foi saneado com recursos públicos — da ordem de R\$ 2,1 bilhões — com uma previsão de venda por R\$ 300 milhões:

— Isso compromete a economia do estado e endivida as gerações futuras de forma irresponsável.

Calheiros propõe medidas contra violência

Para o senador, somente com a melhoria dos indicadores sociais e econômicos do Brasil será possível reduzir a longo prazo a criminalidade que atinge o país. O Congresso Nacional, acrescentou, pode contribuir nessa tarefa

Em discurso no Plenário, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse ontem que somente com a melhoria dos indicadores sociais e econômicos do país será possível diminuir a longo prazo a criminalidade. O senador traçou um conjunto de ações que considera vitais para que seja atenuado “o triste cotidiano de violência do Brasil”, e para que se possa sair do “humilhante pódio” de país mais violento do mundo.

Renan Calheiros afirmou que a segurança pública é um dos problemas que mais preocupam os brasileiros. O senador citou, entre as iniciativas a serem tomadas pelo Congresso Nacional, a necessidade de tramitação rápida de iniciativas legislativas que garantam mai-

or segurança ao país. Como exemplo, destacou a autorização dos acordos entre o Brasil e a França para proteger a Amazônia, a reforma do Poder Judiciário e a aprovação dos projetos de lei que proíbem o porte de armas.

Já em relação ao Poder Executivo, o senador defendeu a destinação de recursos para aparelhar as polícias, a reforma do Código Penal, a regulamentação do controle de aviões clandestinos, a adoção de um número único de registro de identidade civil e a garantia financeira e o aprimoramento do programa de proteção a vítimas e testemunhas, além da construção e humanização de presídios.

Calheiros também criticou a falta de recursos orçamentários para



Renan Calheiros: a segurança é um dos problemas que mais preocupam o brasileiro

a segurança pública e destacou a necessidade de se regulamentar o artigo 154 da Constituição federal, que trata do tema. Na opinião

do senador, a raiz da violência está no processo de exclusão social. Segundo disse, houve um brutal achatamento da renda na América Latina. A região, acrescentou, apresenta a maior concentração de renda do planeta, e o Brasil é o país com os piores índices. Aqui, disse, “um rico ganha o mesmo que 50 pobres”.

– Vivemos um cenário lúgubre de decomposição social para mantermos nossos compromissos com credores no exterior. O Brasil apresenta um fluxo contínuo de recursos para o estrangeiro. Nada, a não ser a palavra de alguns, indica melhorias a curto prazo – disse. Ele acrescentou que o resultado é a

indignação da sociedade, que vai às ruas, como os índios, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), caminhoneiros e os servidores federais.

Na opinião de Calheiros, o país voltou a conviver com censura, Lei de Segurança Nacional (LSN) e Exército nas ruas, “uma série de emblemas incompatíveis com a democracia”. O discurso teve aparte dos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), que destacaram a importância de se debater o assunto no Senado. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), também em aparte, pediu a implantação da carteira de identidade única e a aprovação de recursos para a Polícia Federal.

Suplicy recomenda documentário sobre tráfico

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a todos os senadores e à população que assistam ao documentário *Memórias de uma guerra particular*, do cineasta João Moreira Salles. O filme retrata a guerra travada entre narcotraficantes e a polícia, atingindo os habitantes dos morros do Rio de Janeiro. Segundo o senador por São Paulo, no documentário podem ser encontradas imagens da polícia e de traficantes de drogas comparáveis a cenas de filmes de ação, nas quais o ator vai colocando armas de todos os tipos em sua roupa para enfrentar seus adversários.

– No caso do filme é realidade. Um oficial comandante de um batalhão da Polícia Militar coloca inúmeras armas nos diversos bolsos e no colete e parte para uma operação, sem saber se conseguirá voltar para casa – destacou Suplicy.

Outro momento do filme citado por Eduardo Suplicy é a cena em que menores entre dez e 14 anos, que fazem o trabalho de levar papétes de droga para os usuários, aparecem usando máscaras de pano e portando armas, preparados para sair às ruas e participar de diversas atividades. O senador falou ainda da preocupação de mães, mulheres e namoradas com a possibilidade de tortura, maltrato e até execução das pessoas do seu convívio.



Segundo Eduardo Suplicy, o filme retrata a guerra de traficantes com a polícia

Suplicy assistiu ao documentário durante a abertura da 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, presidida pelo deputado Marcos Rolim (PT-RS). Segundo o senador, após a exibição do filme o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmou que não viu qualquer intenção de João Moreira Salles em cometer crime ao ter pago R\$ 1.200 ao traficante Marquinho VP para que ele escrevesse um livro sobre o narcotráfico.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que soube, por intermédio do diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, que João Moreira Salles cedeu à TV Senado o direito de exibir o seu documentário.

Rocha quer senadores na comissão que investiga morte de João Goulart

A Mesa do Congresso Nacional recebeu ontem do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) requerimento para que seja instalada comissão mista especial de 11 senadores e 11 deputados para examinar as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart. Ele revelou que a Câmara dos Deputados já formou comissão com a mesma finalidade, e fez apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que submeta o requerimento à votação na próxima sessão do Congresso, integrando, assim, os senadores aos trabalhos da comissão.

Segundo Sebastião Rocha, as circunstâncias da morte, no exílio, de João Goulart causaram estranheza já à época em que ocorreu. Ele afirmou que muito se falou de morte “encomendada”, levantando sus-



Sebastião Rocha: há interesse do Senado em apurar as circunstâncias da morte

peitas de que o falecimento poderia ter sido resultado de ação criminosa. Os senadores têm especial interesse em investigar o assunto, até porque, como vice-presidente eleito, Jango exerceu o cargo de presidente do Senado, lembrou Sebastião Rocha.

O senador pelo Amapá manifestou ainda sua preocupação com a crise que se instalou no estado entre o governador João Capiberibe e os deputados da Assembléia Legislativa. Segundo Sebastião Rocha, houve choques e conflitos que resultaram na depredação do prédio da Assembléia, além de ameaças à segurança física dos deputados que votavam a admissibilidade de denúncia de desvio de verbas por parte do governador. “Apesar da intimidação, a denúncia foi aprovada por 23 votos a favor e três abstenções”, informou o senador.

Rocha fez um apelo para que Executivo e Legislativo locais se entendam e possam trabalhar juntos pelo desenvolvimento do Amapá. “O estado está estagnado em função de tantas crises políticas, e quem sofre é a população”, concluiu.

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!
Não custa nada para você,
vale muito para o país.

Ligue! 0800 612211

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

AVOZ

Secretaria de Projetos Especiais - HCSAM

Vilaça fala na TV Senado sobre aperfeiçoamento do Estado

Em entrevista concedida à TV Senado, que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e 23h, o escritor, intelectual e ministro do Tribunal de Contas da União Marcus Vilaça fala de temas como o aperfeiçoamento do Estado brasileiro e a exportação de cultura nacional, além de apresentar proposta de mudança da atuação do TCU, para enfatizar medidas de prevenção e educação que podem evitar as fraudes no trato com o dinheiro público.

Membro da Academia Brasileira de Letras e autor de *Coronel,*

coronéis, junto com Roberto Calvanti, Vilaça faz também incursões na teoria do *mandonismo* nordestino, explicando as adaptações forçadas pela vida moderna nesse fenômeno característico do interior da região. Em momento de descontração na conversa com o jornalista Fernando Cesar Mesquita, dá uma aula sobre o que chama de *pernambucanidade*. “Isso de dizer que pernambucano tem mania de grandeza é de quem não se conforma com a grandeza de Pernambuco”, afirma.

Revista Brasília mostra arte, cultura e beleza da capital

O programa *Revista Brasília* que a TV Senado levará ao ar neste final de semana (amanhã e domingo, às 17h) apresentará nomes e personalidades que fazem parte da vida artística, cultural e desportiva da capital. O poeta e jornalista Tetê Catalão, os artistas plásticos Ralph Ghery e Darlan (criador do Zé Gotinha) e desportistas como a carateca Carla Ribeiro e o tricampeão de fórmula 1 Nelson Piquet são alguns dos convidados.

Aproveitando o tempo claro e ensolarado deste mês de maio, o *Revista Brasília* mostrará um passeio de barco no Lago Paranoá, cujas águas foram despoluídas e hoje estão quase totalmente liberadas para o ba-

nho e esportes. Através do filme *O Jardineiro do Tempo* (do cineasta brasileiro Mauro Giutini), o telespectador poderá ver alguns dos inspirados jardins do paisagista Burle Marx, plantados na paisagem do Planalto Central.

No quadro de *Olho na Panela*, será mostrado “um verdadeiro banquete japonês com um legítimo *chef* do Japão”. A canja ficará por conta do cearense Fausto Nilo. Antes de se mudar para o Rio, Fausto morou em Brasília, onde foi professor da UnB e teve parceiros como os irmãos Clôdo e Climério. O programa *Revista Brasília* será reprisado na segunda-feira, às 12h30.

Concerto de Piazzolla e dançarinos do Recife completam a programação

O músico argentino Astor Piazzolla é outra atração da TV Senado para este final de semana. Piazzolla apresenta o *Concerto para Bandoneon, Violão e Orquestra de Cordas*, que vai ao ar amanhã e domingo, às 10h30 e às 18h30. Também amanhã e domingo, às 21h30, será a vez da apresentação da Companhia Trapiá de Dança. Formada por bailarinos e profissionais de dança do Recife, a companhia se apresentou no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís (MA). A TV Senado apresenta ainda o *Programa ABD no Ar*. É o segundo programa da série em que cineastas e documentaristas discutem se existe um *boom* de

documentários brasileiros. O programa, produzido pela Associação Brasileira de Documentaristas, será mostrado amanhã, às 9h, e domingo, às 19h.

No *Consulta Marcada*, que será exibido amanhã e no domingo, às 13h, o médico Dráuzio Varella fala sobre o câncer de próstata e os cuidados para evitar a doença.

No *Agenda Econômica*, os jornalistas Helival Rios e José Ribamar de Oliveira entrevistam o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, sobre os agronegócios. O programa vai ao ar amanhã, às 13h30, e domingo, às 19h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – O que acontece quando lemos
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (vivo)
12h – *Cores do Brasil*: Turismo em Natal
12h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Tocantins
13h30 – *Debate*: Sen. Sen. Ramez Tebet e o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, falam da primeira aldeia indígena urbana
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista*: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
19h30 – *Cidadania*: Sen. Geraldo Cândido e o Dep. Bem Hur Ferreira falam sobre o racismo no Brasil
20h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Acústico”, com Carlinhos Veloz
24h – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra

SÁBADO

1h – *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o documentarista, João Moreira Salles falam sobre o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: A Próstata – 1ª parte
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amapá
3h30 – *Entrevista*: Sen. Antonio Carlos Valadares fala sobre a moradia no Brasil
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: A Próstata – 1ª parte
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Uma TV Cheia de Histórias – Cananéia (SP)
5h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra
6h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
6h30 – *Agenda Econômica*: Min. Pratini de Moraes fala sobre Agronegócios
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV Cheia de Histórias – Marcelândia (MT)
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *ABD no Ar*: Existe um boom de documentários no Brasil?
9h55 – *Senado em Pauta*
9h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia
10h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra
10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Min. Marcus Vilaça fala sobre cultura brasileira
11h55 – *Senado em Pauta*
12h00 – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista*: Sen. Arlindo Porto fala sobre os crimes militares
13h – *Unip*: A Próstata – 1ª parte
12h55 – *Senado em Pauta*
13h30 – *Agenda Econômica*: Min. Pratini de Moraes fala sobre Agronegócios
14h30 – *Espaço Cultural*: Show “Os Delicados”
16h – *Entrevista*: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido

16h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Tocantins
16h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
18h – *TV Escola* – Uma TV Cheia de histórias – Tabatinga (AM)
18h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra.
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *Tela Brasileira*: Luiz Câmara
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Debate*: Sen. Ramez Tebet e o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, falam da primeira aldeia indígena urbana
20h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
20h55 – *Senado em Pauta*
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Companhia Trápia de dança
23h – *Entrevista Especial*: Min. Marcus Vilaça fala sobre cultura brasileira
23h55 – *Senado em Pauta*
24h – *Espaço Cultural*: Show “Os Delicados”

DOMINGO

1h30 – *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o documentarista, João Moreira Salles falam sobre o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”
2h – *Unip*: Câncer de Próstata – 2ª parte
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
3h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Câncer de Próstata – 2ª parte
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Uma TV Cheia de histórias – Tabatinga (AM)
5h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra
6h – *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
6h30 – *Debate*: Sen. Ramez Tebet e o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, falam da primeira aldeia indígena urbana
7h30 – *Entrevista*: Sen. Arlindo Porto fala sobre os crimes militares
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV Cheia de Histórias – Santarém (PA)
9h – *Tela Brasileira*: Luiz Câmara
9h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia
10h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra

10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Min. Marcus Vilaça fala sobre cultura brasileira
12h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
12h30 – *Entrevista*: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pará
13h30 – *Cidadania*: Sen. Geraldo Cândido e o Dep. Bem Hur Ferreira falam sobre o racismo no Brasil
14h25 – *Senado em Pauta*
14h30 – *Espaço Cultural*: Show “Os Delicados”
16h – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
16h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Tocantins
16h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
17h55 – *Senado em Pauta*
18h – *TV Escola* – O que acontece quando lemos
18h30 – *Grandes Clássicos*: Astor Piazzolla – Concerto para bandoneon, violão e orquestra
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *ABD no Ar*: Existe um boom de documentários no Brasil?
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Agenda Econômica*: Min. Pratini de Moraes fala sobre Agronegócios
20h30 – *Entrevista*: Sen. Antonio Carlos Valadares fala sobre a moradia no Brasil
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Companhia Trápia de dança
23h – *Entrevista Especial*: Min. Marcus Vilaça fala sobre cultura brasileira
23h55 – *Senado em Pauta*
24h – *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Segundo Carlos Patrocínio, a fiança bancária deve ser utilizada nos contratos de locação

Patrocínio quer impedir penhora de propriedade única de fiador

Começou a tramitar ontem projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que impede a penhora de propriedade que representar o único imóvel da família. A proposta revoga itens da Lei nº 8.245, de 1991, que trata das locações dos imóveis urbanos e coloca a propriedade familiar como bem de fiança nos contratos de locação.

De acordo com Patrocínio, o projeto redireciona a fiança para o meio comercial, "por onde deve fluir, sem atingir o bem de família". Grande parte das pessoas que assinam contratos de fiança locatícia, observou, não tem consciência de que está renunciando à garantia legal de suas moradias. "Tampouco sabe o que significa garantia de ordem e que, por ela, está assumindo a responsabilidade por eventual dívida do locatário afiançado, por tempo indeterminado", acrescentou.

Presidente Fernando Henrique realiza hoje visita ao Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que o presidente Fernando Henrique Cardoso visitará hoje Tocantins. Segundo afirmou, o presidente deverá anunciar importantes medidas para o desenvolvimento do estado e para a região Norte. É o caso, citou, da criação e instalação definitiva de uma universidade federal, uma luta de dez anos no Congresso e que recebeu apoio de todos os senadores. Carlos Patrocínio informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso estará acompanhado dos ministros Paulo Renato Souza, da Educação, Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, e Pedro Parente, da Casa Civil.

Poderá ser anunciada pelo presidente a concessão, à iniciativa pri-

O senador disse que no Brasil a proteção dada à locação do imóvel, pela fiança, ultrapassa "de modo bizarro" os limites do tempo expressos no contrato original. Observou que em vez de os locadores utilizarem a fiança bancária, "que é o veio próprio do sistema comercial e não acarreta riscos além dos estritamente financeiros", preferem se assegurar no patrimônio de famílias "de boa vontade ou simplesmente desinformadas".

— O legislador, quando fez promulgar a atual legislação, deixou de considerar que a família é a base da sociedade e que as crianças e os cônjuges indefesos não podem responder por negócios de outrem, nem devem ser levados a se defender com embargos de terceiros por culpa de uma condição que não lhes diz respeito — afirmou.

vada, da construção de hidrelétricas em rios localizados no estado. Segundo o senador, a Eletronorte projeta a construção de mais cinco hidrelétricas somente no rio Tocantins, além de outra, denominada Santa Isabel, no rio Araguaia.

O senador disse ainda que o presidente da República será recepcionado no canteiro de obras da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que tem inauguração prevista para o dia 15 de setembro de 2001. O parlamentar tocaninense ressaltou que Fernando Henrique poderá também anunciar a união das bacias dos rios São Francisco e Tocantins por meio do rio do Sono, conforme estudos em andamento no âmbito do governo federal.

Wilson comunica candidatura à prefeitura do Recife

O senador irá se licenciar do Senado, apesar de não ser obrigado. Há, justificou, incompatibilidade entre o mandato e a campanha

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) anunciou ontem em Plenário que irá se licenciar do mandato para concorrer à prefeitura do Recife (PE). Ele lamentou ter de deixar o Senado durante a campanha, mas afirmou que continuará ligado ao ideal da Casa pela luta a ser travada contra a pobreza e miséria da capital pernambucana.

Apesar de não ser obrigado a deixar o Senado para disputar a eleição, Carlos Wilson diz que irá se afastar por questão ética. "Há uma virtual incompatibilidade entre o bom desempenho do mandato legislativo e o ritmo exaustivo do pleito", explicou o senador. A decisão foi elogiada em aparte pelos senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Pedro Piva (PSDB-SP), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Jefferson Péres (PDT-AM).

De acordo com Carlos Wilson, a aliança partidária que o apóia terá a responsabilidade de atender às demandas soci-



Wilson lamentou ter de deixar o Senado, mas disse que continuará "ligado aos ideais da Casa"

ais na administração municipal. Nessa perspectiva, afirmou que seu plano de governo visa combater o desemprego e o déficit habitacional. "A percepção do quadro de adversidades e dos descaminhos político-administrativos explica a minha candidatura à prefeitura do Recife", explicou.

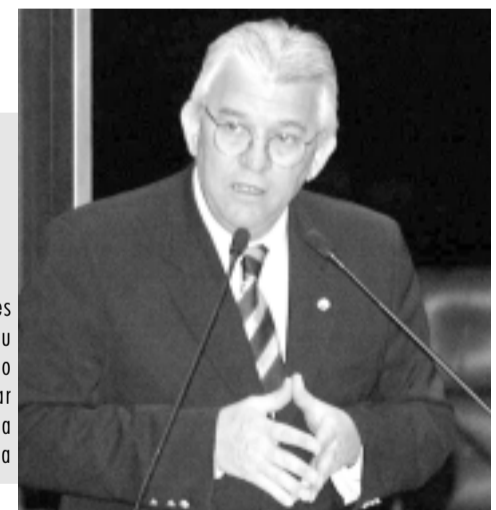
O senador pernambucano também lamentou o "uso da

máquina administrativa" pelo atual prefeito do Recife, Roberto Magalhães, que estaria concentrando gastos em propaganda institucional. Wilson acredita que distorções como essa, com vistas à reeleição, serão resolvidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele assumiu o compromisso público de, se eleito, cumprir fielmente os rigores da nova legislação.

Moreira Mendes anuncia encontro de secretários de Educação em Porto Velho

Durante pronunciamento em Plenário, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) anunciou que está sendo realizado desde ontem em Porto Velho (RO) a II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). O encontro, que termina hoje, é um dos maiores acontecimentos do setor educacional do país, segundo o senador. O Consed, disse, atua como órgão de coordenação de interesses comuns dos secretários.

Ele mencionou o comentário da secretária de Educação de Rondônia, Sandra Marques, para quem a realização do evento em Porto Velho, o que ocorre pela primeira vez, representa uma conquista do estado, pois levará à capital educadores de todo o Brasil, que "poderão conhecer as potencialidades locais



Moreira Mendes também comemorou a realização do primeiro vestibular para Medicina na capital de Rondônia

e divulgá-las em outras unidades da Federação".

Moreira Mendes anunciou também a realização, no mês de julho, do primeiro vestibular de Medicina da Universidade de Rondônia (Unir).

— O mercado se abre para nos-

soz jovens, que não precisarão mais buscar em outros centros os ensinamentos necessários para atender à sua vocação. E o estado contará com profissionais ligados à sua cultura, o que o torna mais qualificado — comentou.